

## DIREITOS HUMANOS

# Punição a torturador volta a gerar polêmica

Protesto e abaixo-assinado fazem defesa de Comissão da Verdade

Roldão Arruda

As reações do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e de grupos militares às propostas de apuração de violações de direitos humanos ocorridas na ditadura reavivaram as polêmicas em torno do assunto. Está prevista para esta semana uma manifestação conjunta de movimentos de direitos humanos e de outros setores organizados da sociedade civil em defesa da Comissão da Verdade – proposta no Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado há três semanas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Paralelamente às costuras para essa ação conjunta, foi intensificada a coleta de assinaturas eletrônicas para o Manifesto Contra a Anistia aos Torturadores. Lançado na segunda semana de dezembro, no site da Associação dos Juizes para a Democracia, o manifesto contava, na sexta-feira à noite, com mais de 11 mil assinaturas. Um número surpreendente, na avaliação do presidente da entidade, Luis Fernando Vidal.

“Imaginávamos que teria boa adesão, mas não que fosse

tão rápida, considerando que estamos em período de férias, com pouca capacidade de mobilização das pessoas”, diz Vidal. “O espaço está servindo para que pessoas comuns manifestem seu descontentamento.”

Na lista de assinaturas aparecem estudantes, profissionais liberais, artistas, educadores, escritores, jornalistas. O compositor Chico Buarque apareceu logo na primeira leva de pessoas que endossaram o manifesto.

## Entidade de juizes coletou 11 mil apoios a revisão da Lei de Anistia

Também podem ser localizados na relação o escritor e jornalista Fernando Moraes, o ministro Paulo Vannuchi, os artistas plásticos Sérgio Ferro e Fábio Miguez e o professor Daniel Aarão Reis Filho.

“A lista mostra que o debate interessa a toda a sociedade, não por revanchismo, mas pela necessidade de se resgatar a memória e fazer justiça”, diz a

## DITADURA

## Diferentes soluções

Como o Brasil e os países vizinhos encaram a anistia aos crimes cometidos durante o regime militar

	A BANDEIRA	A LEI	PÓS-DITADURA
<b>BRASIL</b>	 Nos anos 70, a anistia se transforma na maior bandeira do movimento pela redemocratização	 A Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso, em agosto de 1979, é considerada uma vitória da oposição	 Passados 30 anos, a Lei da Anistia continua em vigor. Nenhum responsável por torturas foi julgado
<b>ARGENTINA</b>	 Para a oposição à ditadura argentina, a principal bandeira não é a anistia, mas justiça	As leis de anistia, impostas pelos militares, são ignoradas. Para a oposição, visavam a autoanistia	A Corte Suprema da Argentina anulou a autoanistia. Militares foram julgados e condenados
<b>CHILE</b>	 A luta contra a ditadura do general Pinochet, no Chile, também é pautada pela bandeira da justiça	Os democratas chilenos consideram ilegítima a autoanistia dos ditadores militares	A lei de autoanistia permanece. Mas acusados de crimes políticos foram julgados e condenados

INFOGRÁFICO/AE

## Lula faz ‘propaganda enganosa’, acusa militante

... Criticado por partidos de oposição, associações da área de comunicações, ruralistas e líderes religiosos, o Programa de Direitos Humanos lançado dias atrás pelo presidente Lula também não agradou a entidades de defesa dos direitos humanos. Em Porto Alegre, Jair Kirschke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a mais antiga organização nesta área em ação no País, acusa Lula de fazer “propaganda enganosa” para os familiares de mortos e desaparecidos nos anos da ditadura militar.

O militante lembrou que a proposta inicial, originada na Conferência de Direitos Humanos, era para que o Executivo criasse por

meio de decreto a Comissão da Verdade, destinada a abrir os arquivos militares, apurar fatos e tentar esclarecer as condições em que morreram e onde foram enterrados opositores do regime até hoje não localizados.

“Mas não foi isso que o governo fez”, diz Kirschke. “Quem ler com atenção o programa verá que ele fala na criação de um grupo de trabalho, para elaborar uma proposta sobre a Comissão da Verdade e entregá-la ao governo, que então preparará um projeto de lei para ser encaminhado ao Congresso, até abril. Sabemos que governo vai acabar e que o tal projeto ainda estará no Legislativo, ou seja, não vai acontecer

nada, o que é muito conveniente num ano eleitoral.”

Para Kirschke, Lula tem uma posição dúbia sobre o tema. Prova disso seria o fato de não ter recebido familiares de mortos e desaparecidos. “Ele está no oitavo ano de governo e nunca aceitou os convites para se encontrar com esses familiares”, acusa. “É um caso raro na América Latina.”

Por outro lado, Kirschke critica o Programa de Direitos Humanos por achar que tenta impor restrições à imprensa. “Quando isso acontece, devemos acender as luzes vermelhas, de alerta, porque, sem liberdade de imprensa, todos os outros direitos dos cidadãos ficam ameaçados.” ● R.A.

juíza Kenarik Felipe, secretária da associação.

### INTERPRETAÇÃO

As assinaturas do manifesto estão sendo enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente ao ministro Eros Grau. Ele é o relator da ação pro-

posta em outubro de 2008 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), requerendo que a corte interprete o primeiro artigo da Lei da Anistia, de 1979, e declare que ela não se aplica aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra os opositores políticos, no período

da ditadura militar.

Até agora tem vigorado a interpretação de que a anistia teria alcançado também os agentes do regime. Para a OAB, a tortura, morte e desaparecimento dos corpos de opositores do regime são crimes comuns, não abarcados na anistia política

ca concedida há 30 anos.

A proposta da OAB é para que o Brasil siga o exemplo de países vizinhos que também enfrentaram ditaduras – e adotaram soluções diferentes no acerto de contas. Na Argentina, a Corte Suprema anulou a lei de anistia adotada durante a ditadura. Militares que torturaram prisioneiros políticos foram julgados e condenados.

Na semana passada, a presidente Cristina Kirchner decretou a abertura dos arquivos das Forças Armadas, até mesmo os considerados confidenciais. No Brasil, militares alegam que os arquivos foram queimados.

Uma das tarefas da Comissão da Verdade proposta seria requisitar os arquivos das Forças Armadas. “Isso deve ser feito, não para julgar ninguém, porque nenhuma Comissão da Verdade faz isso, mas sim reconstituir o passado”, diz o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, relator da ONU. “Essa conversa de revanchismo é coisa de saudosistas da ditadura.”

### LEITURAS

A polêmica na área dos direitos humanos também ganhou corpo na semana passada com as críticas à amplitude das propostas contidas no programa lançado por Lula em dezembro. Entidades ligadas à Igreja Católica e imprensa, representantes de partidos e até um ministro, Reinhold Stephanes (Agricultura), fizeram críticas ao programa.

Na opinião de Paula Miraglia, diretora do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente, as críticas expõem as diferentes leituras da questão. “No Brasil, por conta da nossa história, a leitura quase sempre fica restrita ao campo da violência, às questões de segurança pública”, observa. “Mas a leitura mais aceita hoje é mais ampla, com a compreensão de que os direitos humanos têm interface com outras áreas imprescindíveis à condição humana, como a alimentação e a cultura”, destaca a analista. ●